

Paulo Cracel – *Alinhamentos políticos e discursos editoriais: a imprensa portuguesa, a Península Ibérica e a crise das fronteiras europeias no prelúdio da Segunda Guerra Mundial*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 15 n° 1 2025. 132-156.  
DOI: [https://doi.org/10.21747/0871164X/hist15\\_1a6](https://doi.org/10.21747/0871164X/hist15_1a6)

**Alinhamentos políticos e discursos editoriais: a imprensa portuguesa, a Península Ibérica e a crise das fronteiras europeias no prelúdio da Segunda Guerra Mundial**

**Political alignments and editorial discourses: the Portuguese press, the Iberian Peninsula and the European border crisis in the prelude to the Second World War**

**Alignements politiques et discours éditoriaux : la presse portugaise, la péninsule ibérique et la crise des frontières européennes au prélu de la Seconde Guerre mondiale**

**Alineamientos políticos y discursos editoriales: la prensa portuguesa, la Península Ibérica y la crisis fronteriza europea en la antesala de la Segunda Guerra Mundial**

Paulo Cracel  
Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa  
ps14@edu.ulisboa.pt

**Resumo:** Este artigo analisa a construção discursiva da imprensa portuguesa no colapso de fronteiras na Europa de 1938, projetando a Península Ibérica como espaço simbólico e geopolítico. Apoiado num extenso *corpus* de jornais nacionais, o estudo realça diferenças nas linhas editoriais, revelando como os discursos da imprensa se ajustaram aos estímulos do Estado Novo. Centrado na cobertura dos eventos da anexação da Áustria e da crise dos Sudetas, serão evidenciados quadros noticiosos e a instrumentalização ideológica destes eventos para o reforço de uma unidade nacional envolta em valores de ordem, tradição e autoridade. Nessa lógica, a imprensa não se limitou a informar, configurou-se como instrumento de mediação política e cultural, espelhando e reforçando as estratégias discursivas do Estado Novo face à incerteza de um continente à beira da guerra.

**Palavras-Chave:** Fronteiras; Relações Internacionais; Pangermanismo; Iberismo; Imprensa.

**Abstract:** This article examines the discursive formation of the Portuguese press in the context of the collapse of European borders in 1938, representing the Iberian Peninsula as a symbolic and geopolitical space. Considering a large corpus of national newspapers, we have pointed out the editorial divergences connected to its political alignment which demonstrates how press discourses adjusted to the ideological stimuli of the Estado Novo. Using an analysis of the reporting mechanisms on the Austrian annexation and the Sudeten crisis we demonstrated the narrative constructs and ideological instrumentalization of these events in creating a national unity founded on values of order, tradition and authority. In this process, the press did not only recount facts and remain neutral but became a potential vehicle of cultural and political mediation, demonstrating and reinforcing the discursive strategies of the Estado Novo in the European context leading to a continent on the brink of war.

**Keywords:** Borders; International Relations; Pan-Germanism; Iberism; Press.

Paulo Cracel – *Alinhamentos políticos e discursos editoriais: a imprensa portuguesa, a Península Ibérica e a crise das fronteiras europeias no prelúdio da Segunda Guerra Mundial*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 15 nº 1 2025. 132-156.  
DOI: [https://doi.org/10.21747/0871164X/hist15\\_1a6](https://doi.org/10.21747/0871164X/hist15_1a6)

**Résumé :** Cette étude s'intéresse à la construction discursive effectuée par la presse portugaise dans le contexte de l'effondrement des frontières européennes en 1938, en envisageant la péninsule ibérique comme un espace symbolique et géopolitique sur fond de tensions nationalistes. Grâce à un corpus substantiel constitué de journaux nationaux, elle montre que les lignes éditoriales sont marquées selon les alignements politiques des publications, révélant comment les discours de la presse se sont sociologiquement ajustés aux stimuli idéologiques de l'État Nouveau. En centrant l'analyse sur la couverture de l'Anschluss de l'Autriche et la crise des Sudètes, on met au jour les cadres narratifs et l'instrumentalisation idéologique des événements pour en faire les éléments d'une forge politique des valeurs d'ordre, de tradition et d'autorité de la nation face à la menace étatique national-socialiste. Sécurisée dans cette logique, la presse ne sera pas simplement informative. Elle affirme son rôle de passeur politique et culturel avec la volonté de l'État Nouveau de s'implanter solidement dans le cadre des incertitudes d'un continent au bord de la guerre.

**Mots-clés :** Frontières; Relations internationales; Pangermanisme; Ibérisme; Presse.

**Resumen:** El presente artículo da cuenta de la construcción discursiva que realiza la prensa portuguesa en el contexto del derrumbe de las fronteras europeas en 1938, constituyendo en su interior el espacio simbólico-geopolítico de la Península ibérica. Con perspectiva en el análisis de un amplio corpus de periódicos nacionales, el artículo manifiesta la diferencia editorial a favor de sus respectivos alineamientos políticos, puesto de manifiesto a través de la manera en la que los discursos de la prensa se someten ante los estímulos ideológicos del Estado Novo. Tomando como base la cobertura de la anexión de Austria y la crisis de los Sudetes, los marcos narrativos y la instrumentalización ideológica de las noticias analizadas son capaces de mostrar la manera en la que se van a reforzar tanto la unidad nacional como los principios de la misma a partir de orden, tradición y autoridad. En definitiva, la prensa en este caso se ocupó de informar, pero también de convertirse en un instrumento de mediación política y cultural, pero también en ser una expresión de las estrategias discursivas del Estado Novo en un contexto de incertidumbre de un continente dinamitado por la guerra.

**Palabras clave:** Fronteras; Relaciones Internacionales; Pangermanismo; Iberismo; Prensa.

## Introdução

O conceito de fronteira, bem como tudo o que em si encerra, tornou-se progressivamente mais intrincado perante o aumento da complexidade nas relações internacionais, área, aliás, onde se encontra ancorado o nosso estudo. Neste paradigma, as fronteiras surgem como um critério estruturante das competências internas dos Estados, delimitando a jurisdição interna do Estado e impondo “a liberdade e acção no interior do Estado” (Moreira, 1999: 295) já que “nenhuma nação se imagina a si própria como tendo os mesmos limites que a humanidade” (Anderson, 2021: 27). Neste sentido, a “territorialidade constitui a competência jurídica dos estados e as regras para a sua salvaguarda encontram-se dependentes da assunção sobre a existência de um território nativo estabelecido e fisicamente circunscrito” (Santos & Ferreira, 2012: 45). A posição

Paulo Cracel – *Alinhamentos políticos e discursos editoriais: a imprensa portuguesa, a Península Ibérica e a crise das fronteiras europeias no prelúdio da Segunda Guerra Mundial*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 15 nº 1 2025. 132-156.  
DOI: [https://doi.org/10.21747/0871164X/hist15\\_1a6](https://doi.org/10.21747/0871164X/hist15_1a6)

geográfica constitui-se assim como uma dimensão do poder estadual, no sentido em que a “extensão das fronteiras e a conflitualidade da vizinhança” (Moreira, 1999: 227) impactarão continuamente os assuntos de Estado.

Por aproximação ao conceito de fronteira associa-se um outro de enorme relevância: a nacionalidade. Não sendo possível “reduzir a «nacionalidade» a uma única dimensão, seja ela política, cultural ou outra” (Hobsbawn, 2004: 12), a nacionalidade encontra-se, de forma geral, intimamente relacionada com o espaço e o tempo do nascimento. Assim, notamos que o *jus soli* constitui apenas um dos critérios de atribuição de nacionalidade, o que nos permite concluir que se “os critérios fixados para adquirir a nacionalidade dependem da política que o Estado decide conduzir em matéria de imigração, a visão que o Estado tem da nação não pode ser descurada” (Boniface, 1997: 218). Para fundamentar a análise a seguir, adotamos o conceito de nacionalidade conforme Adriano Moreira o define:

“A origem deste sentimento de nacionalidade, que dá unidade existencial ao grupo com interesses próprios exigindo um poder político do seu seio, atribuiu-a a uma pluralidade de causas, agindo cumulativamente ou separadamente, no todo ou em parte, designadamente à cinto, a língua, a religião, os limites geográficos, a história comum, o orgulho e a humilhação partilhados historicamente em conjunto” (Moreira, 1999: 314).

Também o conceito de «Nação» se presta a discussões idênticas, no entanto, na definição de Benedict Anderson encontramos uma abordagem que dá voz à expressão do indivíduo dentro da sua comunidade, numa aplicação pragmática:

“Assim, num espírito antropológico, proponho a seguinte definição da nação: é uma comunidade política imaginada – e que é imaginada ao mesmo tempo como intrinsecamente limitada e soberana. É imaginada porque até os membros da mais pequena nação nunca conhecerão, nunca encontrarão e nunca ouvirão falar da maioria dos outros membros dessa mesma nação mas ainda assim, na mente de cada um existe a imagem da sua comunhão” (Anderson, 2021: 25).

Historicamente, o nacionalismo que caracteriza a modernidade política não teria já raízes nos ideais liberais e igualitários do século XIX, uma vez que estes se encontravam associados ao *Risorgimento* e à autodeterminação dos povos, mas numa forma mais restrita e excludente de identificação coletiva, o “nacionalismo integral” (Schulze, 1996: 247). Este novo *ethos* elevava o egoísmo nacional acima de qualquer valor universal, traduzindo-se numa mudança de paradigma onde a razão de Estado se confundia com um enfático posicionamento da identidade nacional e de uma vocação histórica, ultimando

Paulo Cracel – *Alinhamentos políticos e discursos editoriais: a imprensa portuguesa, a Península Ibérica e a crise das fronteiras europeias no prelúdio da Segunda Guerra Mundial*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 15 nº 1 2025. 132-156.  
DOI: [https://doi.org/10.21747/0871164X/hist15\\_1a6](https://doi.org/10.21747/0871164X/hist15_1a6)

na ideia de que “Estado e Nação precisavam cada vez mais um do outro, e a razão de Estado foi-se confundido cada vez mais com o egoísmo nacional” (Schulze, 1996: 247), ancorando esta deriva nacionalista numa tensão fundamental entre a ansiedade quanto às ameaças externas e a compensação simbólica de uma missão nacional.

De um ponto de vista psicossociológico, encontramos na obra de Benedict Anderson (Anderson, 2021) importantes reflexões, em particular sobre a relevância do jornal, essa “«forma extrema» do livro”. O periodismo terá um espaço considerável de influência no nosso estudo, mas por agora importa notar que é responsável por “uma cerimónia de massas extraordinária: o consumo («imaginação») quase precisamente simultâneo do jornal enquanto ficção” (Anderson, 2021: 56). Fruto da sua publicação, existe “uma clara consciência de que a cerimónia por si praticada está a ser replicada simultaneamente por milhares (ou milhões) de outros de cuja existência está certo, mas de cujas identidades não faz a menor ideia” (Anderson, 2021: 56).

No período entre guerras, a imprensa assumiu-se como um meio de expressão daquilo que Eric Hobsbawn define como o “nacionalismo pós-1918”, revestindo-se de especial amplitude dado o transporte “para fora das áreas tradicionais nos debates fronteiriços, das eleições/plebiscitos e das exigências linguísticas” (Hobsbawn, 2004: 136). No caso português, notamos que a criação do Secretariado da Propaganda Nacional, em 1933, releva os esforços de instrumentalização da imprensa, operando para a sua transformação num mecanismo de governo, embora não do governo. Uma vez que este órgão operava na dependência de Salazar, renovamos a ideia da elevada preocupação do regime em moldar o que era conhecido quanto à vida da nação, dando corpo ao mantra «só existe o que o público sabe que existe», justificado num discurso perante os dirigentes da União Nacional, em 1938, complementando, ainda, que “politicamente tudo o que parece é, quer dizer, as mentiras, as ficções, os receios, mesmo injustificados, criam estados de espírito que são realidades políticas: sobre elas, com elas e contra elas se tem de governar” (Salazar, 1946: 27). De forma simples, observa-se que a “comunicação política no Estado Novo baseou-se essencialmente na propaganda” (Silva, 2009: 3111), alocada aos desígnios de António Ferro. Na realidade, o regime imprimiu à imprensa um cunho patriótico, com o propósito de “unir todos os portugueses no desígnio do

Paulo Cracel – *Alinhamentos políticos e discursos editoriais: a imprensa portuguesa, a Península Ibérica e a crise das fronteiras europeias no prelúdio da Segunda Guerra Mundial*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 15 nº 1 2025. 132-156.  
DOI: [https://doi.org/10.21747/0871164X/hist15\\_1a6](https://doi.org/10.21747/0871164X/hist15_1a6)

proclamado ressurgimento nacional” (Correia, 2021: 21). Neste sentido, José Barreto densifica esta noção, esclarecendo que:

“A longo prazo, com efeito, o regime de Salazar propunha-se operar uma revolução mental, "curando" a opinião pública e a imprensa das "influências deletérias" do passado, de modo a erradicar definitivamente o "vírus do partidarismo" e das "paixões políticas". A partir de 1936, veio sobrepor-se ou acrescer a essa censura de regime uma censura de período de guerra, em sustentação do posicionamento português perante os conflitos espanhol e europeu, enquanto por todo o continente iam desaparecendo os últimos bastiões da imprensa livre e da liberdade de expressão” (Barreto, 1999: 292-293).

Este “aparelho de compressão do pensamento e manipulação da opinião pública” (Barreto, 1999: 286), o bastião da conceptualização do ideário estadonovista enquanto elemento definidor das ideias políticas, encontrava-se intimamente ligado a uma arquitetura política quanto à utilização da imprensa como elemento capacitador de “uma pedagogia nacionalista cujas metas são a formação política e a formação do gosto” (Veríssimo, 2003: 100). Deste modo, o poder cultural, como identificado por Adriano Moreira, traduz-se em várias aceções e campos de ação, nomeadamente com a capacidade de orientar a opinião pública recorrendo à possibilidade de esta poder ser “influenciada de longe” (Moreira, 1999: 231). O aperfeiçoamento e sistematização dos sucessivos órgãos de propaganda do regime serviram para atingir o “objectivo supremo do governo – «Saber Durar»” (Baiôa, 2012: 163).

O alinhamento entre jornalismo e a ideologia do Estado Novo inscreve-se, nos finais da década de 1930, num quadro sistemático de instrumentalização dos *media* enquanto mecanismos modeladores da estrutura política e social, assente num esforço sistemático de reconfiguração da esfera pública e da produção jornalística. Esta nova política de informação não reproduzia integralmente a propaganda dos regimes italiano e alemão, muito embora se note que:

“Salazar não pôde, no entanto, esquivar-se a utilizar a propaganda com uma dupla função: uma comedita mobilização política e ideológica; uma pedagogia nacionalista cujas metas são a formação política e a formação do gosto. Para isso, necessitou de recorrer às ferramentas comunicacionais disponíveis à época, das quais se destacam os jornais, sintetizadores de opinião que, quando devidamente controlados, se tornam unificadores de espíritos” (Veríssimo, 2003: 101).

Assim, a imprensa foi assimilada, e de certa forma cooptada, por esta lógica de homogeneização ideológica. Ainda assim, a relação de Salazar com a propaganda poderá ser considerada, na melhor das hipóteses, como uma relação de “sentimentos

Paulo Cracel – *Alinhamentos políticos e discursos editoriais: a imprensa portuguesa, a Península Ibérica e a crise das fronteiras europeias no prelúdio da Segunda Guerra Mundial*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 15 n° 1 2025. 132-156.  
DOI: [https://doi.org/10.21747/0871164X/hist15\\_1a6](https://doi.org/10.21747/0871164X/hist15_1a6)

contraditórios” (Rosas, 2023: 37) – embora outros autores enunciem uma “desconfiança visceral” (Garcia, Alves e Léonard, 2017: 16) –, aproveitando a capacidade de penetração do periodismo, que tenderá a ser vista como um vetor de homogeneização ideológica e um mecanismo auxiliar na unificação dos espíritos pela sua capacidade de propagar os discursos oficiais, legitimando a ideologia estadonovista através da instrumentalização dos circuitos informativos porque “a «informação» figurava agora como meio essencial para dar a conhecer a obra do regime e, ao mesmo tempo, visar a formação política pública no quadro de uma cultura popular tradicional” (Tengarrinha, 2017: 384). Empoderado pelo que Anderson apelidou de “nacionalismo oficial” (Anderson, 2021: 215), o Estado Novo incorporou progressivamente o paradigma de que a ideia de “«nação» está hoje firmada em praticamente todas as línguas de imprensa, e o factor nacional é praticamente inseparável da consciência política” (Anderson, 2021: 177). A política, enquanto discurso e ação mobilizadora, surgia agora como um imperativo contextual, não tanto como uma escolha deliberada de Salazar, que se mostrava avesso à procura das massas. Assim, “recorrer à «política» era, portanto, uma triste necessidade dos tempos conturbados em que o Estado Novo se implantava” (Rosas, 2023: 37).

Incorporada nos cinco fatores principais do «saber durar» enunciados por Fernando Rosas (Rosas, 2023), a censura prévia inscrevia-se no perímetro da engenharia política do regime destinada a promover a durabilidade da ditadura por meio de uma tentativa de moldar a sensibilidade coletiva, promovendo mitos e instalando uma certa pedagogia invisível que se submeteria aos valores da ordem, da autoridade e da tradição. A captura da imprensa não se limitou à supressão de oposição e dissidências; implicou a elaboração ativa de conteúdos ajustados aos valores do regime, que preconiza uma operação política cuja subtileza ideológica não deve ser subestimada, tomando nota que:

“Esta visão centralizada do exercício do poder, gerada pela desconfiança profunda de Salazar para com os media, traduz-se também na repressão da heterodoxia das práticas da escrita, da leitura e da imagem, e, ao mesmo tempo, na promoção — tanto no estrangeiro como em Portugal — de uma produção de livros, artigos de imprensa e emissões radiofónicas e televisivas, desde que partilhassem dos princípios oficiais do regime” (Garcia, Alves & Léonard, 2017: 17).

A prática da censura remete à perceção de uma prática repressiva institucionalizada, porém induz a um processo progressivamente mais danoso e pernicioso: a autocensura. Este processo mental, profundamente assimilados pelos profissionais da comunicação,

Paulo Cracel – *Alinhamentos políticos e discursos editoriais: a imprensa portuguesa, a Península Ibérica e a crise das fronteiras europeias no prelúdio da Segunda Guerra Mundial*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 15 nº 1 2025. 132-156.  
DOI: [https://doi.org/10.21747/0871164X/hist15\\_1a6](https://doi.org/10.21747/0871164X/hist15_1a6)

terá sido uma das mais eficazes ferramentas de silenciamento, sendo, naturalmente, incentivada explicitamente pelas autoridades:

“À auto-censura apelam, por vezes, os próprios responsáveis pelos Serviços de Censura. Por exemplo, numa Circular confidencial dirigida aos Directores dos jornais, em Outubro de 1945, e em referência à submissão à aprovação prévia dos comentários aos actos do Governo, de administração geral ou local, bem como à apreciação da legislação publicada, afirma-se que (...) se espera “mais da auto-censura dos jornais do que da própria Censura oficial, que naturalmente irá diminuindo na medida em que se for sentindo desnecessária” (Veríssimo, 2003: 39-40).

O “pecado da imprensa” – nos termos de Raul Rego (Rego, 1974: 52) — residia na sua capacidade de projeção transversal em todos os sectores de vida nacional, justificando, assim, o seu controlo pelo regime. Nesse sentido, é importante observar que “a Censura não é invenção do regime instaurado em 28 de Maio de 1926. Não é. Apenas requintou a maneira da sua aplicação” (Rego, 1974: 15), sofisticando os instrumentos de vigilância e a normalização discursiva, transformando-a num instrumento exclusivo dos sectores dominantes, denunciando um entendimento da imprensa como uma tecnologia e um instrumento de poder, um meio de determinação da opinião pública e um meio cujo grau de liberdade representava uma ameaça à estabilidade ideológica do regime. Como demonstram Graça Franco (Franco, 1993) e Alberto Aarons de Carvalho (Carvalho, 1973), o efeito mais duradouro da censura foi o silenciamento estrutural da divergência e a cristalização de uma cultura jornalística marcada pela prudência, pela opacidade e pela abdicação quanto a um papel interventivo na esfera pública.

É nesta lógica de racionalização da dominação que deve ser entendida a política de informação do Estado Novo. A instrumentalização dos *media* pelo Estado Novo não pode, portanto, ser entendida apenas como repressão, mas antes como parte de uma estratégia complexa do regime, partindo do reconhecimento que, no caso em apreço, os jornais, formavam um dispositivo estruturante da realidade social e um operador fundamental para a constituição da ordem política. Nesse sentido:

“A História não pode ignorar a relevância dos media como construtores da realidade, como constituintes e entidades comprometidas com o processo político, social e cultural, uma percepção que justifica o que aqui se propõe fazer: tomar os media como bússola na interpretação de uma história possível do Estado Novo” (Garcia, Alves & Léonard, 2017: 19).

Paulo Cracel – *Alinhamentos políticos e discursos editoriais: a imprensa portuguesa, a Península Ibérica e a crise das fronteiras europeias no prelúdio da Segunda Guerra Mundial*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 15 nº 1 2025. 132-156.  
DOI: [https://doi.org/10.21747/0871164X/hist15\\_1a6](https://doi.org/10.21747/0871164X/hist15_1a6)

Para o nosso estudo foram consultadas todas as publicações do ano de 1938 dos periódicos «A Voz», «Democracia do Sul», «Diário da Manhã», «Diário de Lisboa», «Diário de Notícias», «Jornal de Notícias», «Novidades», «O Comércio do Porto», «O Século» e «República», recolhendo dados provenientes do noticiário internacional por excelência, embora não tenhamos enfeitado a extração de dados noutras secções – quando justificável. Esta amostra providencia uma ampla margem de análise, cobrindo uma dimensão adequada do território de Portugal Continental, englobando periódicos com diferentes públicos-alvo (imprensa nacional e imprensa regional) e com diferentes graus de aproximação ou permeabilidade ao Estado Novo. Neste eixo, colocaremos o «Diário da Manhã», propriedade da União Nacional, e o nacionalista «A Voz» como expoentes da proximidade ao regime, opondo-se às edições do «Diário de Lisboa» e «República», notoriamente oposicionistas.

### **Portugal e Espanha: povos irmãos, mas cautelosos**

No relacionamento peninsular entre Portugal e Espanha sempre persistiu ao eixo político e económico “uma vincada dimensão sentimental de amores e de ódios, de encontros e distâncias, que enraizou de parte a parte estereótipos plurisseculares” (Sardica, 2013: 13), existindo um peso histórico associado à memória histórica e coletiva de ambos os lados da fronteira que influenciou decisivamente as políticas internas e externas dos dois Estados. Neste seguimento, nota-se que os nacionalismos, como subproduto da nação, “surgem sempre como emanações de um passado imemorial.” (Anderson, 2021: 33). Tendo em consideração a condução da política externa portuguesa, será notória a existência de constantes na atuação, nomeadamente:

“a percepção contraditória entre o oceano e o continente europeu, concretamente entre o Atlântico e a Espanha, ou seja, afastamento estratégico voluntário em relação ao poder terrestre fronteiriço e a afirmação da vocação marítima do País; decorrente dessa realidade geopolítica, um conjunto de movimentos de longa duração histórica materializados nas alianças privilegiadas com a Inglaterra e a procura constante de diversificação das alianças externas em relação à Espanha, intentando objectivar uma soberania plena no contexto peninsular” (Lousada, 2007: 83).

No entanto, tal não implicará a aceção histórica de uma divisão fronteiriça portadora de carácter perpétuo, uma vez que ao relacionamento conflituoso que marcaram sucessivas épocas nas relações luso-espanholas também se seguiram numerosos movimentos quanto

Paulo Cracel – *Alinhamentos políticos e discursos editoriais: a imprensa portuguesa, a Península Ibérica e a crise das fronteiras europeias no prelúdio da Segunda Guerra Mundial*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 15 nº 1 2025. 132-156.  
DOI: [https://doi.org/10.21747/0871164X/hist15\\_1a6](https://doi.org/10.21747/0871164X/hist15_1a6)

à promoção de uma união ibérica – conceitos e movimentos que se situavam na esfera do conhecimento dos Governos dos dois Estados.

No período entre guerras, existiu um forte pendor reacionário português quanto às mudanças políticas dos regimes espanhóis. Com o eclodir da «Revolução Nacional» que instaurou a Ditadura Militar em Portugal, em 28 de maio de 1926, assistiu-se a uma aproximação dos governos, destacando-se o início, em 1927, das “conversações que permitiram que o ministro dos Negócios Estrangeiros da ditadura militar portuguesa assinasse o primeiro Acordo sobre o Douro Internacional” (Oliveira, 1995: 32). O entendimento era de tal forma fluído que o General Ivens Ferraz e o seu congénere Miguel Primo de Rivera encontraram-se em, 1929, discutindo “pontos de vista comuns aos dois governos sobre a crise na Europa e sobre a necessidade de deter o avanço do «comunismo internacional” (Oliveira, 1995: 33). Nesta redescoberta bilateralidade jogava-se, agora, o “equilíbrio geopolítico do triângulo Lisboa-Londres-Madrid” (Teixeira, 2023: 156). Aliás, neste campo, Abílio Pires Lousada refere que as relações peninsulares estariam num nível de importância que, no período em apreço, as “mais constantes e fortes relações bilaterais de Portugal foram as desenvolvidas com a Espanha, tendo Madrid feito sempre parte do triângulo diplomático de Lisboa onde se incluía Londres/Washington” (Lousada, 2007: 84).

A implantação da república em Espanha, em abril de 1931, teve o condão de afastar profundamente os regimes políticos. A coexistência de dois regimes ideologicamente opostos representava um desafio para o governo português, agravado pelos fluxos migratórios, sendo que a emigração espanhola, sobretudo galega, própria da década de 20, representaria um fardo menor que os milhares de portugueses emigrados em Espanha. Estes, “somado à influência dos jornais republicanos, à capacidade de mobilização e organização dos anarquistas portugueses, cedo irmanados na Federação Anarquista Ibérica aos seus «irmãos espanhóis»” (Oliveira, 1995: 36) demonstrariam ser fonte de renovada preocupação para Salazar.

A este estado de coisas seguiu-se a total implosão no relacionamento dos governos entre as eleições espanholas, que devolviam o poder à esquerda, e o eclodir da guerra civil, em julho do mesmo ano. Este breve período foi caracterizado por um clima de hostilidade até à rutura de relações completa e oficial. Esta ação permitiu ao regime de

Paulo Cracel – *Alinhamentos políticos e discursos editoriais: a imprensa portuguesa, a Península Ibérica e a crise das fronteiras europeias no prelúdio da Segunda Guerra Mundial*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 15 n° 1 2025. 132-156.  
DOI: [https://doi.org/10.21747/0871164X/hist15\\_1a6](https://doi.org/10.21747/0871164X/hist15_1a6)

Salazar liberdade para apoiar os nacionalistas, tanto quanto a pressão das potências lhe permitia. Com a guerra civil, internacionalizada quase imediatamente, o «perigo espanhol» reformulou-se, apresentado características distintivas relevantes para a unidade nacional portuguesa. Com o perigo da internacionalização do comunismo, o medo da instauração de uma Federação de Repúblicas Socialistas Ibéricas tomou forma, precipitando o auxílio português aos *nacionales*.

### **A Europa em contagem decrescente para a conflagração**

O tenso clima político europeu do final da década de 1930, de elevada comoção sociopolítica, num contexto de “formidável convulsão”, deriva, essencialmente, das lições da Guerra, nomeadamente em como os “povos tinham sofrido muito e os políticos tinham aprendido pouco” (Martínez, 2015: 10), provocando “inevitáveis modificações profundas na economia, na vida social, na psicologia coletiva e, por fim, nas relações internacionais” (Duroselle & Kaspi, 2009: 23.). Em Portugal, num contexto pós-guerra pejado pelo desencanto da paz, surge “uma interpretação patriótica e uma imagem heroica da participação portuguesa na guerra de 1914-18” (Teixeira, 1998: 55). Seguindo esta ideia, enquadrámos assim o que Nuno Severiano Teixeira descreve como a entrada da beligerância na Grande Guerra “na galeria dos mitos nacionais” e que “acabaria por projetar-se na própria história” (1998: 55). Este, no entanto, não será um epifenómeno português, mas sim uma onda nacionalista pós-bélica assente em “ideias transnacionais, comuns a vários países” (Nye Jr., 2002: 85).

De um ponto de vista europeu, o *status quo* das relações internacionais é-nos caracterizado por Edward. H. Carr:

“The most important and persistent single factor in European affairs in the years following 1919 was the French demand for security. In the seventeenth and eighteenth centuries France rightly regarded herself as the strongest military Power in Europe; and this tradition survived the Napoleonic wars, when she succumbed only to a general European coalition against her. In 1870 the illusion of her strength was abruptly shattered by the Franco-Prussian war. A new Power had arisen in Central Europe whose national feeling was as strong and united as that of France herself, and whose natural resources were far greater” (1947: 25).

À ação francesa nas relações internacionais surge, combativa – com especial ênfase depois de 1933 –, a visão alemã. Concorrencial, opunha-se à rede de alianças francesa em

Paulo Cracel – *Alinhamentos políticos e discursos editoriais: a imprensa portuguesa, a Península Ibérica e a crise das fronteiras europeias no prelúdio da Segunda Guerra Mundial*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 15 nº 1 2025. 132-156.  
DOI: [https://doi.org/10.21747/0871164X/hist15\\_1a6](https://doi.org/10.21747/0871164X/hist15_1a6)

redor do território alemão. Da escola de Munique emergirá o conceito de espaço vital (*lebensraum*):

“O Estado não podia ser analisado independentemente do seu meio natural. Como tal, o Estado nasce, cresce e morre. Durante a sua existência, pode aliar-se a um conjunto, ter filhos (as colónias), ser colocado sob tutela (em benefício de um outro Estado), sofrer doenças de crescimento, e podem ser-lhe amputados alguns órgãos. O espaço influenciaria, portanto, a vida dos Estados” (Fernandes, 2008: 44).

Por entre a construção destes sistemas de segurança, a eclosão da Guerra Civil Espanhola, em 17 de julho de 1936, surge como um marco na política externa portuguesa, não só contiguidade geográfica, que “tornaria difícil a Portugal alhear-se das convulsões ocorridas no país vizinho” (Oliveira, 2023: 168), mas pelas igualmente importantes ações do regime. Durante os três anos de guerra, Portugal transformou-se numa fronteira segura para as tropas franquistas, ou, indo mais além, entre 1936 e 1939 assistiu-se a um “interregno de esbatimento físico das fronteiras” (Antunes, 2003: 391). Portugal revestiu-se, assim, de magna importância enquanto ponto logístico estratégico na receção e distribuição de alimentos e material de guerra. O paradoxo ideológico de uma península de fronteiras simbolicamente atenuadas pela causa nacionalista não deixará de se fazer sentir. Tem sido explorada pela historiografia a inoportunidade de uma neutralidade portuguesa face ao conflito, restando ao regime português a opção do menor dos dois males, apoiando o movimento dos generais espanhóis. A implantação bolchevique na vizinhança ibérica deveria ser evitada por todos os meios necessários, dimensão fundamental no apoio de Salazar aos sublevados:

“Logo em julho, propriedades privadas no Alentejo foram convertidas em aeródromos, onde os Junker-52 cedidos por Hitler realizaram várias escalas técnicas para o transporte de tropas provenientes de Marrocos. Graças ao apoio de vários empresários simpatizantes da causa franquista, e com a cooperação ativa de entidades oficiais, vários portos, estradas e vias ferroviárias portuguesas tornaram-se linhas vitais para o abastecimento dos exércitos rebeldes. De navios chegados a Leixões, Lisboa e Setúbal, quantidades substanciais de material de guerra foram despachadas para as frentes de batalha nas primeiras, e cruciais, semanas do conflito. Usando a embaixada alemã em Lisboa como base operacional, os agentes de Franco puderam realizar importantes contactos para a aquisição de armamento, munições e outro equipamento, contando para tal com facilidades de crédito concedidas por instituições bancárias portuguesas” (Oliveira, 2023: 171).

Ainda em 1935, Salazar definia a vontade de manter Portugal fora da agitação continental, configurando-o como “potência atlântica, vinculada à Aliança luso-britânica, à amizade peninsular e ao não envolvimento na política europeia continental” (Gomes,

Paulo Cracel – *Alinhamentos políticos e discursos editoriais: a imprensa portuguesa, a Península Ibérica e a crise das fronteiras europeias no prelúdio da Segunda Guerra Mundial*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 15 nº 1 2025. 132-156.  
DOI: [https://doi.org/10.21747/0871164X/hist15\\_1a6](https://doi.org/10.21747/0871164X/hist15_1a6)

2017: 87). Contudo, esta intenção de neutralidade coabitava com ataques mediáticos organizados já que as relações com Espanha se pautaram por uma lógica de choque ideológico, tendo em conta que “a imprensa dos dois países peninsulares havia sido utilizada pelos respetivos governos para desunir o adversário com a vontade de produzir um clima de instabilidade política” (Pena-Rodríguez, 2017: 103). Com a deflagração da guerra civil, alguns dos principais periódicos portugueses alinharam-se com o projeto estadonovista, nomeadamente:

“o Diário de Notícias, O Século, o Diário de Lisboa, o governamental Diário da Manhã, o diário de tendência católica A Voz e o principal periódico do Porto, O Comércio do Porto, converteram-se em instrumentos de uma campanha anticomunista, antirrepublicana e contra o governo de Madrid, impulsionada pelo Secretariado da Propaganda Nacional” (Pena-Rodríguez, 2017: 104–105).

A imprensa consolidava o seu valor enquanto instrumento ativo de poder e do poder, com especial exaltação para com os revoltosos enquanto condenava qualquer simpatia republicana. Como observou o embaixador espanhol em Lisboa, “a censura jornalística, que neste país é estreitíssima, castiga inexoravelmente qualquer notícia favorável ao Governo de Madrid” enquanto promove “toda a campanha de falsidades e ataques ao governo legítimo” (Pena-Rodríguez, 2017: 107). Os protestos à atuação da imprensa portuguesa não surtiram qualquer efeito:

“As queixas do governo da II República pela atitude dos meios de comunicação portugueses foram constantes. Mas serviram de muito pouco. Ao serviço dos interesses do salazarismo e do franquismo, os jornais portugueses de referência defendiam os revoltosos, fazendo campanha intensa contra o governo legítimo espanhol” (Pena-Rodríguez, 2017: 111).

A adesão ideológica do Estado Novo ao nacionalismo franquista resultava de uma lógica de autodefesa política “contra o chamado ‘novo perigo espanhol’, ao qual atribuía ambições territoriais sobre Portugal” integrando a convicção de que a “fundação de um regime autoritário em Espanha garantiria a sobrevivência do seu projeto político em Portugal” (Pena-Rodríguez, 2017: 124).

### **O ano de todas as decisões e o seu impacto na imprensa portuguesa**

O ano de 1938 inicia-se embebido num contexto internacional de grande turbulência, este provaria ser um ano em que a noção de fronteiras físicas adquiriria uma

Paulo Cracel – *Alinhamentos políticos e discursos editoriais: a imprensa portuguesa, a Península Ibérica e a crise das fronteiras europeias no prelúdio da Segunda Guerra Mundial*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 15 n° 1 2025. 132-156.  
DOI: [https://doi.org/10.21747/0871164X/hist15\\_1a6](https://doi.org/10.21747/0871164X/hist15_1a6)

menorização, face ao expansionismo autorizado pela política de apaziguamento. Neste sentido, o uso de meios agressivos para a libertação do povo alemão, contido em fronteiras não alemãs e, por extensão, fronteiras que lhes seriam inferiores, surge como um meio necessário e legitimado. A nova configuração territorial deveria garantir ao *Reich* o seu *lebensraum*, nomeadamente, a “definição territorial que desse ao povo alemão o espaço vital necessário” (Moreira, 1999: 143), conceção radicada no «Programa dos 25 Pontos», apresentado em 1920, sendo consolidada no pensamento de Hitler, como é visível no *Meine Kampf*, sendo “dogmaticamente formulado” e, em sede do Poder de Estado, estabeleceu-se como “método de acção que foi fanaticamente obedecido” (Fernandes, 2008: 49).

O expansionismo alemão manifestou-se na anexação da Áustria e na ocupação parcial da Checoslováquia, em março e outubro de 1938, sendo seguido da invasão completa da Checoslováquia e da Polónia em março e setembro do ano seguinte. A questão das fronteiras e das minorias nacionais era particularmente complexa na Europa Central, onde as delimitações territoriais nem sempre coincidiam com os limites etnográficos, um contexto que a Paz de Versalhes intensificou e ampliou. As relações sociopolíticas tensas entre a população e os governos dos territórios em que estavam inseridas foi explorada pelo regime nazi, que utilizou, por um lado, a defesa dos interesses dos alemães sob os governos estrangeiros e, por outro, a ideia de um pangermanismo superior a qualquer noção de fronteira nacional. Combinando elementos raciais, geopolíticos e estratégicos para legitimar a sua política expansionista e belicista, a doutrina hitleriana elevou conceito de *lebensraum* a fundamento para a expansão territorial do *Reich*, o qual será abordado de forma variada pelo discurso jornalístico português.

A questão austríaca foi marcada, em 1938, por uma cronologia concentrada de eventos determinantes. No entanto, a precipitação de eventos sucedeu-se a um ritmo acelerado e toda a crise será compartimentada num espaço de três meses. No universo jornalístico português, a situação encontra-se devidamente refletida, tendo estes factos políticos sido assimilados como factos mediáticos. Estes eventos podem ser elencados, numa perspetiva cronológica, como começando no dia 12 de fevereiro com a famosa conferência entre Hitler e Schuschnigg até ao último grande evento público, que surgirá

Paulo Cracel – *Alinhamentos políticos e discursos editoriais: a imprensa portuguesa, a Península Ibérica e a crise das fronteiras europeias no prelúdio da Segunda Guerra Mundial*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 15 nº 1 2025. 132-156.  
DOI: [https://doi.org/10.21747/0871164X/hist15\\_1a6](https://doi.org/10.21747/0871164X/hist15_1a6)

no dia 10 de abril, com a realização do plebiscito de confirmação retrospectiva do *Anschluss*, já depois da invasão das tropas alemãs no dia 12 de março. Olhando à distribuição noticiosa, é possível aferir imediatamente que os assuntos austríacos, embora presentes, ocupam um espaço marginal no conjunto da imprensa portuguesa, com a exceção destes meses de tensão. A menção deste tema surge de forma intensa, mas efémera, embebendo-se numa certa formulação própria de um acontecimento decorrente da espuma dos dias. Perante o crescimento da influência e da política expansionista alemãs, é nítida a ausência de interesse desta questão pela imprensa portuguesa.

Nesta construção, ressaltamos o tratamento de alguns dos periódicos em apreço, merecedores de distinta atenção. O jornal «A Voz», diário situacionista de forte componente nacionalista, apesar de uma reação noticiosa desvinculada de um acompanhamento permanente e intenso, construirá o seu universo noticioso relativo à questão austríaca alinhado com a perspetiva do regime nazi, seja por via de editoriais de apologia ao pangermanismo nacional socialista, seja pela formulação, em artigos noticiosos, de epítetos de engrandecimento patriótico ligando essa qualidade à ideologia nacional-socialista, não se coibindo de noticiar a “expansão alemã” e fazendo eco da posição alemã em que se “considera o plebiscito como a mais eloquente resposta a Versalhes e a Saint-Germain”. Por sua vez, o «Novidades», o órgão de imprensa do Episcopado, o qual, apesar do seu regenerado contexto de proximidade com o poder político português em 1938, não se coibirá de atacar em grande alarde, as posições alemãs, classificando-a com “Alemanha Racista”, alertando para as estratégias de manipulação discursiva da imprensa alemã e denunciando a agitação dos nazis austríacos, enquanto advoga por uma “Áustria independente e cristã”. O «Novidades» demonstrou o seu repúdio quanto à penetração nazi no quadro político austríaco desde cedo, quando, no dia 16 de fevereiro, escreve que “a entrada de um nazi no governo equivaleria à completa subordinação da Áustria à Alemanha”, enquadrando o seu noticiário no âmbito da conservação da integridade territorial e política da Áustria. O “Drama da Áustria” será continuamente noticiado num tom predominantemente negativo, de comiseração e com a preocupação de revelar a perseguição aos bispos católicos austríacos após o *Anschluss*.

O «Diário da Manhã», órgão da União Nacional, representa o expoente mais radical da linha editorial nacionalista. Na cobertura da questão austríaca é notória a adequação

Paulo Cracel – *Alinhamentos políticos e discursos editoriais: a imprensa portuguesa, a Península Ibérica e a crise das fronteiras europeias no prelúdio da Segunda Guerra Mundial*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 15 n° 1 2025. 132-156.  
DOI: [https://doi.org/10.21747/0871164X/hist15\\_1a6](https://doi.org/10.21747/0871164X/hist15_1a6)

da realidade a uma construção maquinada pela linha editorial deste periódico, nomeadamente no contexto das relações entre os Estados austríaco e alemão. No momento final deste confronto, o tom geral será de elogio alemão, afirmando que a marcha das tropas alemãs em território austríaco ocorreu em “conformidade com o pedido feito ao Governo do Reich pelo novo Chanceler”, reiterando, depois de 15 de março, a ideia da anexação como “factos consumados” e em como “A Alemanha tornou-se a grande Alemanha”.

No que se refere à crise checo-sudeta, a cronologia dos eventos apresenta-se de forma consideravelmente distinta, especialmente pela existência de movimentos de tensão de curta duração e de média intensidade, aos quais surgiam respostas de pacificação. Esta abundante sucessão de desenvolvimentos iniciou-se em março, em confluência com a crise austríaca, e marcará grande parte do noticiário internacional da imprensa portuguesa até ao momento posterior à Conferência dos Quatro em Munique – que culminou na assinatura do Acordo de Munique – entrando, depois, num ciclo de desvanecimento lento até ao término do ano. Sendo certo que os movimentos de tensão, logo seguidos da sua pacificação, brotaram em largo número durante o ano em apreço, o regresso da guerra ao território europeu surge assinalado como “um cataclismo que se avizinha mas que ninguém pode deter”, como refere o «Democracia do Sul», na sua edição de 30 de agosto. Esta visão tornar-se-ia mais aparente e partilhada entre os periódicos nacionais, os quais, prosseguindo com o período noticioso do conflito, editaram as manchetes que acompanharam o clima de tensão, não se coibindo em ressoar o clima internacional com notáveis manchetes, tais como “As graves provações do momento”, “Horas de grave inquietação no momento internacional” ou “Um horizonte sombrio... duas grandes forças - da paz e da guerra - travam neste momento a maior batalha de que há memória e que a história registará nas suas páginas eternas”. Se até 30 de setembro, data de assinatura do Acordo de Munique, os epítetos eram semelhantes aos supramencionados, depois dessa data assiste-se a uma viragem absoluta, com laudos entusiásticos à paz duradoura desejavelmente alcançada. No decorrer dos dias seguintes, estas manchetes foram gradualmente substituídas, revelando uma redução progressiva do tom triunfalista, enquanto recrudesciam as referências ao novo desenho da Europa.

Paulo Cracel – *Alinhamentos políticos e discursos editoriais: a imprensa portuguesa, a Península Ibérica e a crise das fronteiras europeias no prelúdio da Segunda Guerra Mundial*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 15 nº 1 2025. 132-156.  
DOI: [https://doi.org/10.21747/0871164X/hist15\\_1a6](https://doi.org/10.21747/0871164X/hist15_1a6)

«A Voz» adquirirá um tom especialmente crítico, num novo perímetro de ação, quando comparado com o seu percurso de análise à questão austríaca. Após a assinatura do Acordo de Munique os editoriais deste periódico não mais abandonaram o elogio a Hitler, aclamando a política externa da potência alemã como o caminho para a paz. Esse exercício alternava com críticas aos Estados Unidos pela intromissão nos assuntos europeus, à França pelos tratados com a Checoslováquia e Rússia e pela sua linha governativa e, até, a Chamberlain por se deixar influenciar pela França no denominado arrastamento para a guerra no continente. O perigo comunista, era, no entanto, por esta altura, o principal alvo do periódico, que assegurou ao leitor a existência de uma conspiração contra a paz na Europa protagonizada pelo *Comintern*. Também na caracterização dos confrontos nas zonas sudetas o tom crítico quanto ao lado checo aumentava. Tal era alcançado pela responsabilização do governo checo, vitimizando o lado germânico e referindo em múltiplas ocasiões a existência de elementos comunistas como atizadores de conflitos.

O «Diário da Manhã», partilhando característica com «A Voz», nomeadamente na colagem das posições soviéticas às posições checas quanto ao conflito, salientou-se pela exploração da espectacularização e sensacionalismo dos temas em análise, alimentado pelo uso preferencial da agência alemã D.N.B. enquanto agência de informação. Esta opção denota uma posição ideológica, claramente complementada com as peças jornalísticas da autoria da própria redação portuguesa. A construção de um Estado Checoslovaco enquanto entidade inimiga, perigosa e a ser abatida foi nitidamente desempenhada por este jornal.

O «Novidades» será o periódico responsável pela primeira referência à questão checa, quando, no dia 18 de fevereiro, refere que os jornais franceses consideram os acontecimentos da Áustria “uma ofensiva contra a Checoslováquia”. Em contraponto com o que vimos de outros periódicos, mas mantendo as indicações que já vinham do caso austríaco, o «Novidades» mantém a sua proximidade e solidariedade com a causa checa, apelidando os resultados deste acordo como “Tragédia Checoslovaca” e definindo esta nação como “A grande sacrificada pela causa da paz”.

Do tratamento jornalístico português quanto às crises provocadas pela expansão pangermanista da Alemanha Nazi denotamos que, em primeiro lugar, existiu uma

Paulo Cracel – *Alinhamentos políticos e discursos editoriais: a imprensa portuguesa, a Península Ibérica e a crise das fronteiras europeias no prelúdio da Segunda Guerra Mundial*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 15 nº 1 2025. 132-156.  
DOI: [https://doi.org/10.21747/0871164X/hist15\\_1a6](https://doi.org/10.21747/0871164X/hist15_1a6)

divergência muito acentuada na forma como as questões austríaca e checoslovaca foram alvos de tratamento. A cobertura da disputa austro-alemã indicia um descomprometimento geral da questão, com flutuações marginais. Ainda que assuntos relacionados com o desenrolar do processo do *Anschluss* sejam recuperados pontualmente, este tornar-se-á um tabu em geral. Tal não se verificará, pelos menos de forma tão abrupta, no caso checo, uma vez que, mesmo após a resolução da disputa pelo Acordo de Munique, o noticiário internacional continuou a ocupar-se das ondas de choque desse acontecimento, encerrando o ano com um número considerável de referências.

Em segundo lugar, note-se que o surgimento das tensões austro-alemãs desencadeou uma intensificação da cobertura noticiosa sobre esses eventos, tendo também alavancado a emergência do noticiário sobre o tema checo. Ainda que em situações distintas na sua forma de resolução, a assinatura do Acordo Munique não provocou semelhante flutuação quanto aos assuntos austríacos na imprensa portuguesa. À parte de alguns artigos de índole generalista e de algumas considerações esporádicas quanto ao apetite expansionista da Alemanha Nazi, não existiu, de facto, um levantamento geral e direccionado dos periódicos portugueses quanto à assimilação austríaca no *Reich*. O título de “facto consumado”, quanto à descrição dos eventos de março na Áustria, talvez seja um bom epíteto para descrever a receção do *Anschluss* na imprensa portuguesa. Mais do que uma proibição em noticiar a questão austríaca existe um claro desapego pela situação austríaca. O tratamento desta questão, sem a forte contextualização quanto à política expansionista alemã, a qual surge em confronto direto com os tratados de paz e com a equilíbrio de poder no continente, relegou este acontecimento para um assunto de interesse pontual e diminuto.

Por último, como terceiro ponto, para lá da análise estatística às fontes, o conteúdo noticioso torna evidente o afastamento explícito à causa checa de um grupo de periódicos. O tema checoslovaco evidencia de forma nítida um investimento político na linha editorial de parte dos periódicos, constituindo um marcado fosso entre um pequeno grupo de jornais e os restantes. Os constantes ataques às posições checas, a seleção de fontes jornalísticas diferenciadas, personalizadas e adequadas à manipulação da informação, a sugestão de alianças ideológicas não verificadas, a forma tendenciosa de noticiar eventos

Paulo Cracel – *Alinhamentos políticos e discursos editoriais: a imprensa portuguesa, a Península Ibérica e a crise das fronteiras europeias no prelúdio da Segunda Guerra Mundial*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 15 nº 1 2025. 132-156.  
DOI: [https://doi.org/10.21747/0871164X/hist15\\_1a6](https://doi.org/10.21747/0871164X/hist15_1a6)

de tensão na fronteira checo-alemã e a propagação de rumores em peças noticiosas prenuncia um claro modo de experienciar o caso checo que diverge do caso austríaco.

### **A projeção da ideia de unidade nacional**

A anexação da Áustria e a crise dos Sudetas desencadearam, como vimos, diferentes respostas na imprensa portuguesa, que se apresentam a reflexão quanto à sua natureza diversa. O processo, as ideias e os valores que culminaram no *Anschluss* suscitam reflexões sobre os paralelismos na relação entre Portugal e Espanha. A ideia de “povos irmãos”, presente no discurso sobre Áustria e Alemanha, mostrava-se problemática no contexto ibérico. Portugal, dentro do seu quadro de soberania e de ação governamental, resistia a qualquer possibilidade de unificação, enfatizando sua “absoluta independência” no quadro da aliança luso-britânica (Diário da Manhã, 16 de fevereiro de 1938), não ignorando, ainda assim, a realidade internacional e os apetites anexionistas de quadrantes da Falange espanhola. A construção de um ideário nacionalista, unitário e respeitador da soberania portuguesa e das suas fronteiras peninsulares assumiu, neste ano, especial importância, por comparação com os acontecimentos da Europa Central. Talvez remetendo para a ideia de que o “nacionalismo exige demasiada crença naquilo que patentemente não o é” (Hobsbawn, 2004: 16), os discursos de Salazar a tensão entre a prudência diplomática e as pressões externas. Será de crer que, à data, “o ditado diplomático de que as relações entre Portugal e Espanha, como vizinhos quase irmãos, só podem ser excelentes ou péssimas” (Sardica, 2013: 14), se mantivesse no pensamento da estrutura diplomática portuguesa. Atendendo que só em 1939 será assinado o Tratado de Amizade entre Portugal e Espanha, ao Governo português assistiu uma realidade compósita de ameaças fronteiriças, como resultado da necessidade portuguesa “de «amarrar» mais vinculadamente a Espanha à obrigatoriedade de consultas com o Governo Português” (Rosas e Brandão de Brito, 1996: 978).

Para além da resistência às tentativas de imiscuidade fronteiriça das potências do Comité de Londres, da noção em como se tornava “cada vez mais claro que a União Soviética deseja alargar o conflito a Portugal” (Oliveira, 2009: 115), também os movimentos encabeçados por motivações iberistas preocupavam Salazar. Nesse sentido

Paulo Cracel – *Alinhamentos políticos e discursos editoriais: a imprensa portuguesa, a Península Ibérica e a crise das fronteiras europeias no prelúdio da Segunda Guerra Mundial*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 15 n° 1 2025. 132-156.  
DOI: [https://doi.org/10.21747/0871164X/hist15\\_1a6](https://doi.org/10.21747/0871164X/hist15_1a6)

recordamos que Teotónio Pereira, aquando da primeira vez que foi recebido por Franco, referiu:

“a sua preocupação pelo «sindicalismo já ultrapassado» da Falange, que se harmoniza mal com o «clima moral da Espanha e os laços de fraterna amizade com Portugal», já que os falangistas «levavam as suas fantasias até ao ponto de cortarem dos mapas da Península a fronteira com Portugal, «que se considera a mais antiga da Europa»” (Cruz, 2013: 237).

Uma dimensão do conflito espanhol que se afigurava como volátil e, observado de longe, fomentaria preocupação terá sido a guerra verdadeiramente fratricida, promovida por Franco nos moldes de uma *Reconquista* da era contemporânea. Aliás, num contexto mais abrangente, Paul Preston refere que:

“A instrução, utilização e estrutura das forças armadas espanholas foram sempre mais viradas para a ação contra a população nacional do que para o inimigo externo, o que estava absolutamente de acordo com o pensamento do *Caudillo*, expresso em 1937, de que se estivera a travar uma «guerra de fronteira»” (Preston, 2020: 318).

A noção de uma completa amoralidade na beligerância contra conterrâneos terá avivado, certamente, junto de Salazar a ideia de que Franco facilmente poderia ceder à fação anexionista, desencadeando uma guerra contra o povo irmão, especialmente tendo em conta que com a “SDN fora de jogo desde 1936, as relações internacionais pareciam agora inteiramente transformadas num salve-se quem puder de características darwinianas. O ambiente era de contar espingardas e distinguir amigos de inimigos” (Oliveira, 2023: 177).

O apaziguamento destas questões surgirá no discurso de Salazar, tanto em picos de tensão:

“Alguns estavam ansiosos de ver, aliás em melindrosas circunstâncias, a demonstração prática de como fôra errada a política do Governo em relação à Espanha nacional; e os mesmos com outros entendiam ser mais conveniente para os nossos interesses termos fronteiras comuns com os vermelhos, inimigos da nossa independência e em todo o caso da nossa tranquilidade, a termo-las com o Governo amigo do Generalíssimo Franco. Parece que houve ainda quem visse alucinadamente tropas de terceiras potências a avançar pelo nosso território, vindas de Espanha, para ocuparem as principais bases das costas portuguesas. E meteu-se muito medo... às crianças com esta Invasão.” Discurso “Proferido na Emissora Nacional, no encerramento da campanha eleitoral para a constituição da nova Assembleia, em 27 de Outubro de 1938” (Salazar, 1946: 111).

Como já em 1939, onde esta vertente propagandística continuará nos moldes da manutenção das fronteiras peninsulares:

Paulo Cracel – *Alinhamentos políticos e discursos editoriais: a imprensa portuguesa, a Península Ibérica e a crise das fronteiras europeias no prelúdio da Segunda Guerra Mundial*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 15 nº 1 2025. 132-156.  
DOI: [https://doi.org/10.21747/0871164X/hist15\\_1a6](https://doi.org/10.21747/0871164X/hist15_1a6)

“Longe do seu principal teatro, com fronteiras secularmente estáveis, um só vizinho na metrópole, sem problemas de raça ou de língua, mistura de populações ou dependências eco- nómicas destas que arrastam as dependências políticas, a um canto da Europa, quási desligado dela e projectado ousadamente sôbre o mar, país atlântico por excelência, como só a Inglaterra pode pretender sê-lo, e como ela com os maiores interesses e a tarefa mais pesada noutros continentes e mares — Portugal tem o dever de não se deixar transviar pelo desassossêgo geral.” Discurso “Na Assembleia Nacional, em 22 de Maio de 1939, em sessão a autorizar o Chefe do Estado a visitar a União Sul-Africana” (Salazar, 1946: 138-139).

Também a imprensa portuguesa refletia a complexidade das tensões geopolíticas. O «Diário de Lisboa» alertava para a dificuldade de conter a Alemanha dentro das suas fronteiras naturais, uma vez que “A guerra representa para ela um rumo, uma mística e um orgulho” (14 de março de 1938). O receio da instabilidade europeia era evidente. O «Jornal de Notícias» previa que “de reclamação em reclamação, chegar-se-ia fatalmente à guerra” (1 de janeiro de 1938), numa visão partilhada pelo «Comércio do Porto»: “Se os acontecimentos continuassem a marchar segundo estas diretrizes, a guerra seria inevitável” (2 de janeiro de 1938). Sempre crítico à expansão alemã e às violações fronteiriças, ressaltamos as palavras deste editorial do «Diário de Lisboa»:

“Os Estados Totalitários não podem admitir nem paragens nem suspensões na sua actividade febril: para fixar a paixão das turbas tem que mantê-la em temperatura alta. (...) Isto representa ao mesmo tempo paz ou guerra. Nem todos os acontecimentos dependem de Hitler, porque os naipes em jogo são variados e adversos. As nações armam-se e esperam. Os fados movem-se a ocultas. Fazemos votos para que, nesta ansiosa expectativa, Hitler seja vencedor pacífico da sinistra loucura que se desenha” (Diário de Lisboa, 11 de fevereiro de 1938).

Por fim, a imprensa portuguesa enfatizava a continuidade histórica da identidade nacional e da unidade interna como resposta às ameaças externas. O «Jornal de Notícias» resumia esse sentimento ao afirmar que “antes de tudo, urge que a Nação, plenamente organizada, forme completa unidade moral e social” (11 de fevereiro de 1938). Esse discurso de coesão nacional funcionava não apenas como instrumento de defesa política, mas também como uma reafirmação simbólica de soberania num contexto de crescente instabilidade europeia. Num paralelismo desses eventos com a política e fronteiras peninsulares João Ameal, em esforço nacionalista e de união, escreverá, por entre os sinais do reavivar do pangermanismo:

“O orgulho justo da nacionalidade é uma das determinantes fundamentais da psicologia colectiva. (...) E não se diga que nos encerramos em quadros demasiado estreitos, que levantamos um obstáculo mesquinho às aspirações continentalistas ou universalistas! Universalista foi sempre o nacionalismo português – evangelizador e

Paulo Cracel – *Alinhamentos políticos e discursos editoriais: a imprensa portuguesa, a Península Ibérica e a crise das fronteiras europeias no prelúdio da Segunda Guerra Mundial*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 15 n° 1 2025. 132-156.  
DOI: [https://doi.org/10.21747/0871164X/hist15\\_1a6](https://doi.org/10.21747/0871164X/hist15_1a6)

descobridor. Mas, antes de tudo, urge que a Nação, plenamente organizada, forme completa unidade moral e social – para se entregar depois livre de perigos, a um melhor convívio (sem conflito possível...) com as outras nações do Universo” (Jornal de Notícias, 11 de fevereiro de 1938).

Neste seguimento, ilustrando esta preocupação, o «Diário da Manhã», reafirmará a centralidade da aliança com o Reino Unido, deixando claro que a “nossa absoluta independência nunca poderia estar em causa – e agora menos do que nunca” (16 de fevereiro de 1938).

Face ao exposto, o sensacionalismo, cujos exemplos foram abundantes, é notado como uma estratégia aplicada por alguns dos periódicos, com especial ênfase em acontecimentos relevantes para a sociedade nacional. A tentativa de formação de uma corrente na opinião pública é evidente e a representação dos conflitos governamentais e diplomáticos nos periódicos portugueses é demonstrativo do *status quo* português.

## Conclusão

O ano de 1938 demonstrou de forma incontestável que o conceito de fronteiras se encontrava sujeito a uma avaliação dinâmica por parte dos Estados onde, como provou o Acordo de Munique, as reconfigurações fronteiriças poderiam ser decididas e negociadas por terceira parte e de acordo com a força política e militar. No caso português, garantir a integridade das suas fronteiras significava promover a unidade e coesão nacional e manter-se afastado da política expansionista alemã, do regime franquista e do comunismo internacional.

A análise da imprensa portuguesa durante o ano de 1938 revela um cenário composto, caracterizado pela rede complexa de relações entre jornalismo, política e relações internacionais, marcado pela influência do Estado Novo na construção de narrativas sobre os principais acontecimentos internacionais. O estudo sobre a cobertura noticiosa da anexação da Áustria e da crise dos Sudetas mostra diferenças significativas no tratamento desses eventos, sugerindo que a imprensa portuguesa teve um papel estruturante na construção discursiva na formação da opinião pública e na consolidação da identidade nacional. O regime de Salazar utilizou a imprensa como um instrumento de controlo da informação, moldando a perceção pública e reforçando a sua legitimidade

Paulo Cracel – *Alinhamentos políticos e discursos editoriais: a imprensa portuguesa, a Península Ibérica e a crise das fronteiras europeias no prelúdio da Segunda Guerra Mundial*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 15 n° 1 2025. 132-156.  
DOI: [https://doi.org/10.21747/0871164X/hist15\\_1a6](https://doi.org/10.21747/0871164X/hist15_1a6)

discursiva e institucional. Em última análise, a fronteira, enquanto construção simbólica dinâmica, desempenhou um papel central nesse contexto. Mais do que uma linha geográfica, representou um elemento simbólico, uma barreira contra influências externas na sua tentativa de desestabilizar a ordem interna. Salazar soube instrumentalizar essa dinâmica no reforço do nacionalismo e a lealdade ao Estado Novo perante a ameaça de um mundo em guerra.

### Fontes impressas

Jornal «A Voz», 1938, Ano XI, número 3900 a 4256.

Jornal «Democracia do Sul», 1938, Ano 37.º, número 6058 a 6363.

Jornal «Diário da Manhã», 1938, Ano VII, número 2406 a 2762.

Jornal «Diário de Lisboa», 1938, Ano 17.º, número 5430 a 5787.

Jornal «Diário de Notícias», 1938, Ano 74.º, número 25826 a 26185.

Jornal «Jornal de Notícias», 1938, Ano 50.º, número 1 a 356.

Jornal «Novidades», 1938, Ano LIV, número 13375 a 13731.

Jornal «O Comércio do Porto», 1938, Ano LXXXIII, número 1 a 357.

Jornal «O Século», 1938, Ano 57.º, número 20041 a 20383.

Jornal «República», 1938, Ano XXVII, número 2537 a 2894.

### Bibliografia

ANDERSON, Benedict (2021), *Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a expansão do nacionalismo*, Lisboa, Edições 70.

BAIÔA, Manuel (2012), “A censura como factor de formação e consolidação do Salazarismo: o caso do noticiário sobre política internacional na imprensa (1933-1935)”, in Fernando Martins (coord.), *A formação e a consolidação política do Salazarismo e do Franquismo: as décadas de 1930 e 1940*, Lisboa, Edições Colibri / CIDEHUS-EU / Universidad Complutense de Madrid, pp. 155-193.

BARRETO, José (1999), “Censura”, in António Barreto; Maria Filomena Mónica (coord.), *Dicionário de História de Portugal*, Vol. III, Porto, Figueirinhas, pp. 275-284.

Paulo Cracel – *Alinhamentos políticos e discursos editoriais: a imprensa portuguesa, a Península Ibérica e a crise das fronteiras europeias no prelúdio da Segunda Guerra Mundial*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 15 nº 1 2025. 132-156.  
DOI: [https://doi.org/10.21747/0871164X/hist15\\_1a6](https://doi.org/10.21747/0871164X/hist15_1a6)

- BONIFACE, Pascal (1997), *Dicionário das relações internacionais*, Lisboa, Plátano.
- CARR, Edward Hallett (1947), *International relations between the two world wars, 1919-1939*, Nova Iorque, Harper & Row Publishers.
- CARVALHO, Alberto Arons (1973), *A censura e as leis da imprensa*, Lisboa, Seara Nova.
- CORREIA, Rui (2021), *Salazar em New Bedford*, Lisboa, Guerra e Paz Editores.
- CRUZ, Manuel Braga da (2013), *Raízes do presente*, Lisboa, Altheia Editores.
- DUROSELLE, Jean-Baptiste; KASPI, André (2009), *História das relações internacionais de 1945 aos nossos dias*, 15.<sup>a</sup> Edição, Lisboa, Texto & Grafia.
- FERNANDES, António José (2008), *As relações internacionais e Portugal: da Europa do mundo ao mundo da Europa*, Lisboa, Prefácio.
- FRANCO, Graça (1993), *A censura à imprensa (1820-1974)*, Lisboa, Universidade Católica Portuguesa / Imprensa Nacional - Casa da Moeda.
- GARCIA, José Luís; ALVES, Tânia; LÉONARD, Yves (2017), “Salazar, o Estado Novo, e os media: introdução a uma nova agenda de investigação”, in José Luís Garcia; Tânia Alves; Yves Léonard (coord.), *Salazar, o Estado Novo, e os media*, Lisboa, Edições 70, pp. 9-23.
- GOMES, Joaquim Cardoso (2017), “A censura no Estado Novo: o caso da imprensa de província (1936-1945)”, in José Luís Garcia; Tânia Alves; Yves Léonard (coord.), *Salazar, o Estado Novo, e os media*, Lisboa, Edições 70, pp. 69-100.
- HOBBSAWN, Eric (2004), *A questão do nacionalismo: nações e nacionalismo desde 1780 - programa, mito realidade*, 2.<sup>a</sup> Edição, Lisboa, Terramar.
- LEITÃO DE BARROS, Júlia (2017), “O cerco da guerra: propaganda, diplomacia e política de informação do Estado Novo (1940-1942)”, in José Luís Garcia; Tânia Alves; Yves Léonard (coord.), *Salazar, o Estado Novo, e os media*, Lisboa, Edições 70, pp. 127-148.
- LOUSADA, Abílio Pires (2007), *O exército e a ruptura da ordem política em Portugal: 1820-1974*, Lisboa, Prefácio.
- MARTINEZ, Soares (2015), *A ditadura nacional e as relações internacionais*, Porto, Almedina.
- MOREIRA, Adriano (1999), *Teoria das relações internacionais*, 3.<sup>a</sup> Edição, Porto, Almedina.

Paulo Cracel – *Alinhamentos políticos e discursos editoriais: a imprensa portuguesa, a Península Ibérica e a crise das fronteiras europeias no prelúdio da Segunda Guerra Mundial*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 15 nº 1 2025. 132-156.  
DOI: [https://doi.org/10.21747/0871164X/hist15\\_1a6](https://doi.org/10.21747/0871164X/hist15_1a6)

NYE JR., Joseph S. (2002), *Compreender os conflitos internacionais: uma introdução à teoria e à história*, Lisboa, Gradiva.

OLIVEIRA, César (1995), *Cem anos nas relações luso-espanholas*, Lisboa, Edições Cosmos.

OLIVEIRA, Luís Soares de (2009), *Guerra civil de Espanha: intervenção e não intervenção*, Lisboa, Prefácio.

OLIVEIRA, Pedro Aires (2023), “Portugal no mundo”, in António Costa Pinto; Nuno Gonçalo Monteiro (org.), *História das relações internacionais contemporâneas: Portugal 1808-2000*, Lisboa, Penguin, pp. 159-204.

PENA-RODRÍGUEZ, Alberto (2017), “Salazar contra o «Terror Vermelho»: a imprensa portuguesa e o corte das relações diplomáticas com Espanha em 1936”, in José Luís Garcia; Tânia Alves; Yves Léonard (coord.), *Salazar, o Estado Novo, e os media*, Lisboa, Edições 70, pp. 101-125.

PRESTON, Paul (2020), *A guerra civil de Espanha*, 2.<sup>a</sup> Edição, Lisboa, Edições 70.

REGO, Raul (1974), *Horizontes fechados*, 3.<sup>a</sup> Edição, Lisboa, Editorial Inquérito.

REIS, Bruno C. (2019), “Olhando para dentro – 1930-1960”, in António Costa Pinto; Nuno Gonçalo Monteiro (org.), *História das relações internacionais contemporâneas: Portugal 1808-2000*, Lisboa, Penguin, pp. 213-264.

ROSAS, Fernando (2023), *Salazar e o poder: a arte de saber durar*, Lisboa, Tinta da China.

*Dicionário de história do Estado Novo* (1996), Fernando Rosas; J. M. Brandão de Brito (dir.) Vol. I (A-L) e Vol. II (M-Z), Círculo de Leitores, Lisboa.

SALAZAR, António de Oliveira (1946), *Discursos e notas políticas. Vol. II: 1935-1937*, 2.<sup>a</sup> Edição, Coimbra, Coimbra Editora.

SANTOS, Víctor Marques dos; FERREIRA, Maria João Militão (2012), *Sociedade civil transnacional: atores e forças de pressão nas relações internacionais*, Lisboa, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas.

SARDICA, José Miguel (2013), *Ibéria: a relação entre Portugal e Espanha no século XX*, Lisboa, Altheia Editores.

SCHULZE, Hagen (1997), *Estado e nação na história da Europa*, Lisboa, Editorial Presença.

Paulo Cracel – *Alinhamentos políticos e discursos editoriais: a imprensa portuguesa, a Península Ibérica e a crise das fronteiras europeias no prelúdio da Segunda Guerra Mundial*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 15 n° 1 2025. 132-156.  
DOI: [https://doi.org/10.21747/0871164X/hist15\\_1a6](https://doi.org/10.21747/0871164X/hist15_1a6)

SILVA, Célia (2009), “A comunicação como estratégia política da Ditadura e da Democracia”, in *6.º Congresso SOPCOM*, pp. 3110-3121.

TEIXEIRA, Nuno Severiano (1998), “Portugal na “Grande Guerra” 1914-1918: as razões da entrada e os problemas na conduta”, in Nuno Severiano Teixeira (coord.), *Portugal e a guerra: história das intervenções militares portuguesas nos grandes conflitos mundiais (séculos XIX e XX)*, Lisboa, Edições Colibri / Instituto de História Contemporânea da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, pp. 55-69.

TEIXEIRA, Nuno Severiano (2023), “Do império ameaçado à intervenção na grande guerra (1890-1930)”, in António Costa Pinto; Nuno Gonçalo Monteiro (org.), *História das relações internacionais contemporâneas: Portugal 1808-2000*, Lisboa, Penguin, pp. 121-157.

TENGARRINHA, José (2017), “Breves considerações sobre o Estado Novo de Salazar e os media”, in José Luís Garcia; Tânia Alves; Yves Léonard (coord.), *Salazar, o Estado Novo, e os media*, Lisboa, Edições 70, pp. 381-388.

VERÍSSIMO, Helena Ângelo (2003), *Os jornalistas nos anos 30/40: elite do Estado Novo*, Coimbra, Minerva.